

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

ANAIIS

III SÉRIE

VOLUME 7



LISBOA



MMXXII

Ficha técnica:

Título

Anais, III Série, Volume 7

Coordenação geral e revisão de texto

Maria de Fátima Reis

Processamento de texto

Paula Silva

Execução Gráfica

Lusoimpress.com

Tiragem

150 Exemplares

© Academia Portuguesa da História

Depósito Legal

482217/21

ISBN

978-972-624-238-3

**PRESTÍGIO, ILUSTRAÇÃO E PODER: ACERCA DA
MEDALHA COMEMORATIVA DA FUNDAÇÃO
DA ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA**

**COMUNICAÇÃO APRESENTADA NA SESSÃO ORDINÁRIA
DE 08 DE JANEIRO DE 2020**

PELO

Académico de Número

JOÃO LUÍS CARDOSO*

* Académico de Número (cadeira n.º 9). Comunicação apresentada na sessão inaugural das comemorações dos 300 anos da fundação da Academia Real da História Portuguesa (de 8 de Janeiro de 2020).



PRESTÍGIO, ILUSTRAÇÃO E PODER: ACERCA DA MEDALHA COMEMORATIVA DA FUNDAÇÃO DA ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA

A criação em Portugal e, especialmente, na cidade de Lisboa, de um assinalável número de academias literárias na 2.^a metade do século XVII e no decurso do século XVIII (PALMA-FERREIRA 1982) resultou do crescente interesse das populações urbanas ilustradas, em particular da Nobreza e de membros do Clero, na discussão das mais variadas temáticas tanto de carácter científico como sobretudo humanístico, histórico e literário.

Este genuíno interesse reflectiu-se na criação, em 1720, por D. João V, da Academia Real da História Portuguesa, a primeira e única que foi mantida com a protecção real até à fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779.

No espírito do monarca estava a formação e consolidação de um escol onde se afirmassem e estruturassem as grandes ideias basilares da História eclesiástica e secular de Portugal, reunindo numa única corporação os especialistas que a pudessem elaborar a partir da definição metodológica prévia da natureza histórica dos estudos a realizar.

Estes, teriam por base tanto os contributos já conhecidos e publicados, mas que careciam de reformulação e uniformização,

como, sobretudo, os novos conhecimentos resultantes dos trabalhos de investigação dos Académicos.

A 4 de Novembro de 1720, D. João V encarregou D. Manuel Caetano de Sousa de lhe apresentar o Plano da futura Academia.

Logo a 19 de Novembro de 1720 ocorreu a primeira reunião preparatória sobre o modo de se organizar a Academia, sob a direcção de D. Manuel Caetano de Sousa, com a participação do Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes; de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença (o pioneiro do estudo das antas do território português) e do Conde de Villarmayor, ou Vilar Maior (mais tarde Marquês de Alegrete), D. Manuel Telles da Silva. Pode, pois, concluir-se que, se o fundador da Academia foi o próprio Rei, por sua vontade e iniciativa pessoais, o seu incansável organizador foi D. Manuel Caetano de Sousa.

A 8 de Dezembro de 1720, dia de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal, celebra-se, conforme desejo expresso do Soberano, a 1.^a conferência da Academia no Paço dos Duques de Bragança, à qual assistiram 34 académicos (original na Biblioteca Nacional de Portugal, ms. n.º 684, in LAMAS, 1907, nota 1). No começo da sessão leu o Secretário o decreto datado daquele mesmo dia, no qual ordenava o soberano que se estabelecesse uma Academia para escrever “a história eclesiástica destes reinos, e depois tudo o que pertencesse á historia deles e suas conquistas”. Tal data deve ser, pois, considerada como a da fundação da Academia.

De seguida, o Director da Academia, D. Manuel Caetano de Sousa proferiu o discurso de abertura e no mesmo dia foi eleita uma comissão para escrever os Estatutos, constituída pelo próprio, pelo Conde de Vilar Maior, e pelo Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes.

Logo a 21 de Dezembro de 1720 os estatutos foram apresentados em sessão académica, tendo os mesmos sido rapidamente aprovados pelo Rei por decreto de 4 de Janeiro de 1721, seguido de outro, de 6 de Janeiro de 1721, dotando-a com o orçamento anual de um conto de reis.

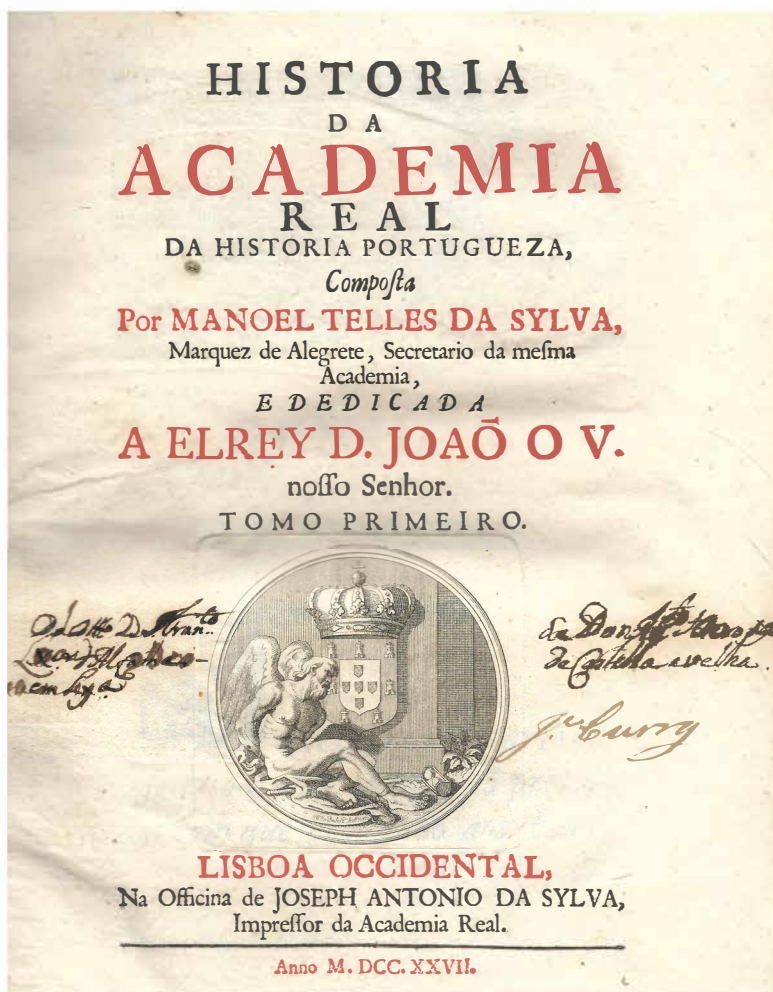


Fig. 1 – Folha de rosto do primeiro e único tomo publicado da História da Academia Real da História Portuguesa, da autoria do Marquês de Alegrete. Original e foto do autor.

Sem poder entrar agora em pormenores, aliás descritos de forma cuidada pouco tempo depois na obra “História da Academia Real da Historia Portuguesa” da autoria do Secretário da Academia, o Conde de Vilar Maior, já então Marquês de Alegrete, D. Manuel Telles da Silva (SILVA, 1727) (Fig. 1), em boa hora reproduzida em *fac-simile* em 2010, aquando da comemoração dos 290 anos da sua

fundação, importa referir que o número de Académicos foi fixado em 50, cuja eleição ficava sempre dependente da confirmação régia, e que todos os 15 dias, aos domingos, pelas 4 horas da tarde, desde o 1.º de Maio até ao final de Setembro haveria sessões gerais, com duas sessões públicas anuais, no dia dos anos do Rei e no da Rainha, realizadas no Paço. No entanto, compulsando as datas das referidas sessões, verifica-se que as mesmas se realizaram, desde o início dos trabalhos da Academia, em período muito mais dilatado de tempo, abarcando grande parte do ano.

Todos os anos, a 9 de Dezembro, haveria eleições para os cargos de Director e de Censores, sendo perpétuo o cargo de Secretário, tendo este sido desempenhado por muitos anos pelo já referido Marquês de Alegrete (LAMAS, 1907, 1916, p. 27).

Para a redacção da História eclesiástica foram encarregues 2 académicos por cada bispado existente no Reino, e para a redacção da História secular 21 académicos.

O monarca acompanhou nos primeiros anos os trabalhos com extremo interesse, devendo-se-lhe a produção do “Alvará de Ley” sobre a protecção do Património Cultural português nas suas diversas vertentes, incluindo a arqueológica (Fig. 2), datado de 20 de Agosto de 1721, documento de há muito conhecido, sendo objecto de sucessivos estudos específicos até à actualidade, a começar pelo publicado nos Anais da Academia em 1958, por Afonso do Paço (PAÇO, 1958). De facto, a data de 20 de Agosto de 1721 é a que consta no Alvará régio impresso autonomamente. No entanto, no primeiro volume da “Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza”, publicado em Lisboa em 1721, verifica-se que foi a 13 de Agosto que El-Rei o remeteu à Academia, tendo o mesmo baixado à Mesa do Desembargo do Paço a 14 de Agosto de 1721. Sendo esta a data da promulgação do decreto, é de admitir que seja mais importante que a da publicação. Talvez por isso foi a fixada por Artur Lamas no seu importante estudo de 1907. No entanto, é aceitável optar-se por qualquer uma das referidas datas, desde que se especifique

o respectivo contexto: data da promulgação ou da publicação efectiva do documento.

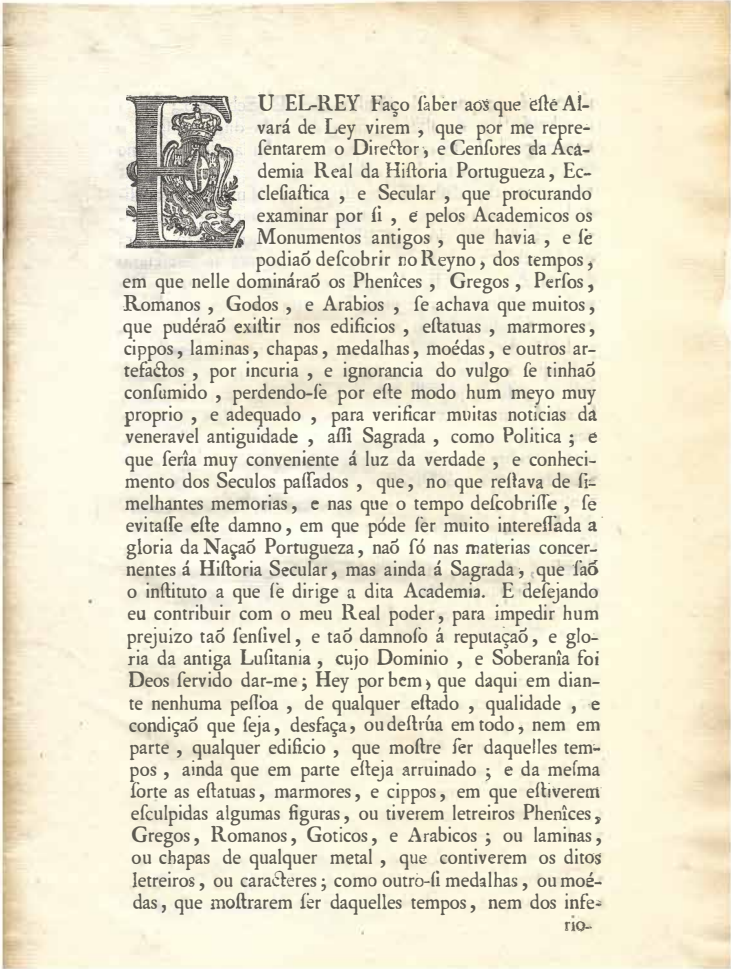


Fig. 2 – Alvará de Lei sobre a protecção do Património Cultural português, dado por D. João V e publicado a 20 de Agosto de 1721.
Original e foto do autor.

Este diploma afigurou-se um dos primeiros que foi produzido na Europa com o propósito de garantir a protecção dos testemunhos históricos móveis e imóveis, incluindo moedas e medalhas cunhadas até ao reinado de D. Sebastião considerados essenciais para a

comprovação dos factos históricos que se pretendiam demonstrar. Ao mesmo tempo, o seu estudo conduziria indirectamente à inventariação daqueles, passo essencial para a sua conservação (CORREIA, 2001; CARDOSO, 2002, p. 21; CARDOSO, 2015; RAMOS, 2005, 2021).

No dia 7 de Setembro de 1721, dia dos anos da Rainha, o casal régio assistiu pela primeira vez a uma sessão pública da Academia. Interveio o Conde da Ericeira, que discorreu sobre a vantagem da existência da Academia para a Monarquia, tendo dado conta do estado dos trabalhos em curso na mesma.

A 22 de Outubro de 1721, no primeiro dia de anos do Rei depois da instalação da Academia, houve recepção no Paço Real, com a presença de toda a Corte. Para os Académicos havia um espaço especial. Depois do beija-mão, o Director, que era o Marquês de Abrantes, D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, feito o discurso laudatório da praxe, apresentou felicitações ao Rei e deu a palavra a diversos académicos que leram os seus trabalhos. Retomando a palavra no final, o Director da Academia ofereceu ao Rei um exemplar da medalha de ouro cunhada em nome da Academia, explicando ao Soberano o seu significado, da qual se extraiu a seguinte passagem, referente ao reverso da peça: “Da outra parte da Medalha se representa Vossa Magestade em pé revestido da Real purpura, dando a mão ao simulacro, ou figura da Historia, para que se levante, com tão soberano arrimo do abatido estado, em que de muitos tempos a esta parte jazia, dizendo-lhe a inscrição: *Historia Resurges (...)*”. Esta representação esteve sempre presente no frontispício de todos os volumes publicados da “Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa” (Fig. 3). Continuando a sua intervenção, declarou: “Medalha semelhante publicou o senado Romano em tempo do Emperador Vespasiano, com a diferença porém, que a figura, a quem o Emperador dava a mão, era a de Roma, tanto inferiores huma e outra, quanto são mais estimáveis o simulacro de Historia, que o symbolo de Roma, a imagem de Vossa Magestade



Fig. 3 – Folha de rosto do volume da *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa* impresso em 1733 contendo a vinheta representada no reverso da medalha comemorativa da fundação da Academia. Foto do autor do exemplar da Biblioteca da APH.

que o retrato de hum Emperador dos Romanos (...)" (Biblioteca Nacional, ms. n.º 685, fl. 119 e seg.)¹ (Fig. 4).

¹ Declara Artur Lamas (LAMAS, 1907, nota 1, p. 9 da separata): "Vid. A descrição da solemnidade, bem como este discurso, no livro dos registos das conferencias da Academia Real da Historia do anno de 1721. Biblioteca Nacional. Ms. n.º 685, fl. 119 e sqq. O discurso vem na p. 124 (...). Vid. também a *Colleccam dos documentos, estatutos e memorias da Academia Real da Historia*, ordenadas pelo Conde de Villa Maior, tomo I, no capitulo que traz as noticias da Academia Real da Historia de 22 de Outubro de 1721 (...)"



Fig. 4 – Reprodução de numisma de Vespasiano (9-79 d.C.) (LAMAS 1907, Fig. 2 e Fig. 3), em cujo reverso se inspirou (eliminando a segunda figura a contar da esquerda) a iconografia da medalha.

Depois do Rei distribuíram-se outros exemplares, de ouro e de prata, pela Família Real, pelos Académicos e pelos membros da Corte.

Nova distribuição de medalhas se efectuou a 22 de Outubro do ano seguinte pelos académicos presentes (BNP, ms. n.º 686, fl. 306, in LAMAS, 1907).

*** **

Na colecção de medalhas comemorativas portuguesas do Antigo Regime que tenho vindo a reunir desde há várias décadas, existe um destes exemplares de prata, adquirido em leilão da casa Numisma (Lisboa) (Fig. 5). Em Portugal, identificaram-se



Fig. 5 – Exemplar da medalha de prata comemorativa da fundação da Academia. Original e foto do autor.

mais alguns exemplares: 3 no Museu da Casa da Moeda; 1 na colecção reunida por José Lamas, munido de um furo possivelmente para servir suspensa, como insígnia académica; 1 em colecção particular, leiloado pela Sotheby's em 1985, depois vendido pela referida casa leiloeira e presentemente na Colecção Estrada; e outro exemplar da antiga colecção Marcello Caetano, vendido pela já mencionada casa leiloeira, totalizando pelo menos 7 exemplares conhecidos de prata. A estes, podem juntar-se outros exemplares, referenciados em diversos catálogos de colecções públicas e particulares, embora alguns possam corresponder a parte dos exemplares acima referidos. Citam-se os exemplares outrora existentes na colecção de Eduardo Luiz Ferreira Carmo, em cujo catálogo, realizado por Pedro Augusto Dias consta a p. 161, n.º 5; e o descrito sob o n.º 5 no catálogo da colecção do

Museu Municipal do Porto, da autoria de Manuel Joaquim Pereira (in LAMAS, 1907).

No respeitante aos exemplares de ouro, tanto quanto se sabe, conservam-se em Portugal apenas dois exemplares, ambos em colecções públicas. Um deles integrou a exposição “Tesouros Reais”, organizada em 1991 no Palácio Nacional da Ajuda, constando do respectivo catálogo (GODINHO, 1992), tendo sido descrito e reproduzido a cores com o n.º 164. Provém do Palácio das Necessidades (Colecções Reais), e possui o diâmetro de 50 mm e o peso de 104 g, encontrando-se em excelente estado de conservação (Belo, f.d.c.).

O segundo exemplar de ouro conhecido em Portugal conserva-se no Palácio Nacional de Mafra, onde foi fotografado pelo signatário, por gentileza do seu Director, o Dr. Mário Pereira (Fig. 6). Esta peça foi leiloadada em Lisboa, nos finais do século passado,



Fig. 6 – Exemplar da medalha de ouro comemorativa da fundação da Academia. Palácio Nacional de Mafra, foto do autor.

pela já referida casa Numisma, proveniente da colecção do Conde do Restelo, tendo depois integrado a colecção do 2.º visconde de Sanches de Baena; tendo conhecimento do facto, alertei o Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa da História, que conseguiu que o mesmo fosse arrematado pelo Estado pelo preço base de licitação (600 contos), recorrendo a verba disponível no orçamento do Palácio Nacional de Mafra, razão pela qual ali ainda hoje se conserva.

Não há certeza de se terem cunhado exemplares de cobre ou de bronze, informação corroborada por Artur Lamas, autor de um estudo exemplar sobre esta medalha (LAMAS, 1907, p. 10 da separata). Tal a razão para se admitir que o único exemplar compulsado (ARAGÃO, 1867, p. 102, n.º 1376) e descrito como sendo de cobre ou bronze (AE) corresponda a uma gralha, e ser na verdade de AV (ouro). Na verdade, dado que a colecção numismática do Rei D. Luís, incluía um exemplar de ouro, precisamente o já acima referido, é natural que Aragão se quisesse referir a este mesmo exemplar. Porém, a existência de exemplares de cobre tinha sido anteriormente referida, de forma independente, por Manuel Bernardo Lopes Fernandes (FERNANDES, 1861, p. 25). Tendo presente que toda a informação compulsada da época em que a medalha foi produzida é omissa a respeito de exemplares de cobre ou de bronze, mencionando apenas cunhagens de ouro e de prata, é mais do que provável que aqueles jamais tenham sido produzidos.

Todos os exemplares conhecidos de ouro e de prata apresentam a mesma simbologia tanto no anverso como no reverso, embora tenham sido identificados diferentes cunhos (LAMAS, 1907).

O anverso representa o busto do Rei com grande cabeleira e coroa de louros com armadura ornamentada com uma cabeça de leão junto ao ombro esquerdo, coberta com manto de arminho que uma jóia prende sobre o mesmo ombro, lendo-se no exergo o nome do gravador A. Mengin. Trata-se de Antonio Mengin, gravador francês que trabalhou muitos anos em Portugal, tendo sido

nomeado abridor de cunhos para a Casa da Moeda a 26 de Maio de 1721. Deste modo, pode concluir-se que a execução do cunho desta medalha foi um dos seus primeiros trabalhos em Portugal.

Conforme a descrição apresentada por Artur Lamas, o reverso representa o rei de pé do lado direito oferecendo a mão direita à História personificada por mulher à sua frente semi-ajoelhada. Uma ponta do manto de arminho que cobre a armadura fica suspensa do braço que o Rei tem estendido. Com a mão esquerda segura outra ponta do manto, descaído sobre a cintura em curva muito elegante. O dedo indicador segura o ceptro, vendo-se a ponta da espada, do lado direito em posição oblíqua. A História apresenta-se com vestuário leve, descalça, com o joelho direito em terra e os braços nus. Com a mão direita segura uma pena, em jeito de escrever um papel que está por detrás, no chão e com a esquerda segura a mão que o Rei lhe estende, para que se levante. No arco superior exhibe a legenda *Historia Resurges* (História Ressurgirás) e no exergo a data de 6 de Dezembro de 1720.²

Como é referido por Artur Lamas, esta medalha acha-se reproduzida e descrita logo no volume 1 da “Colecção dos Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História”, e também no volume IV da “História Genealógica da Casa Real Portuguesa”; e encontra-se apenas descrita no Elogio Fúnebre de D. João V, por Francisco Xavier da Silva, p. 229, na “História da Academia”, de 1727, p. 372-373, e ainda em Teixeira de Aragão, 1867, p. 102, n.º 1376, entre outros autores, com acima se referiu.

² Na verdade, foi no dia 8 de Dezembro de 1720 que se realizou a primeira sessão inaugural da Academia, sendo este o dia que se fixou para a sua instituição oficial (LAMAS, 1916, p. 27), critério que continua a ser presentemente adoptado na Academia Portuguesa da História. A data de 6 de Dezembro de 1720 corresponde à da realização da segunda conferência preparatória, dando sequência à realizada dois dias antes, em que participaram, pela primeira vez, os Marqueses de Abrantes e de Fronteira (LAMAS, 1907, p. 4 da separata).

A cunhagem destas medalhas efectuou-se na Casa da Moeda, por aviso do Secretário de Estado, e ordem do Vedor da Fazenda de 3 de Outubro de 1721 sendo de ouro 12 e de prata 120 (Livro 2.º do “Regimento Geral da Casa da Moeda”, fl. 264 verso, in LAMAS, 1907, p. 11 da separata, nota 2). Com efeito, ainda hoje se conservam no Museu da Casa da Moeda diversos cunhos, com pequenas variantes, tendo sido possível associar o exemplar então pertencente à colecção de José Lamas acima referido a um par desses cunhos.

No entanto, não existe a certeza de se terem cunhado todas as medalhas autorizadas de ouro e de prata, pois as mesmas seriam produzidas à medida das necessidades das ofertas do Rei e por sua ordem expressa, conforme se determina no próprio documento que fixou a respectiva cunhagem, determinando que os cunhos se conservassem na Casa da Moeda “p.^a se puderem lavrar mais medalhas semelhantes quando S. Mag._{de} assim o ordenar, e conservará também o thezr.^o algumas medalhas já feitas p.^o o cazo em q. S. Mag._{de} as queira em breve tempo, e quando estas se gastarem se fabricarão logo outras p.^o q. sempre se achem prontas quando Sua Mag. as quizer”.

Manuel Bernardo Lopes Fernandes (1861) descreveu-a também e reproduziu-a. Mais tarde, a mesma mereceu um estudo detalhado de Artur Lamas em 1907 a que se tem feito referência, publicado em “O Arqueólogo Português” de que se fez separata. (Fig. 7).



Fig. 7 – Capa da separata do estudo dedicado por Artur Lamas à medalha comemorativa da fundação da Academia, publicado em 1907. Exemplar e foto do autor.

Adianta este autor que Vieira Lusitano, artista que era muito próximo do Director da Academia, o Marquês de Abrantes, de quem terá partido a iniciativa de executar a medalha em apreço,

se inspirou em numisma da época de Vespasiano, tendo presente as semelhanças entre esta e um desenho a sanguínea existente na Biblioteca de Évora, no qual o Rei, de pé, estende a mão sobre a cabeça da História que na sua frente se encontra ajoelhada, correspondendo um primeiro ensaio do modelo que depois foi adoptado (Fig. 8). A ideia de adaptação de um numisma romano terá, assim, partido do próprio Marquês de Abrantes, pioneiro dos



Fig. 8 – Desenho a sanguínea existente na Biblioteca de Évora, da autoria de Vieira Lusitano, correspondente a estudo para o reverso da medalha comemorativa da fundação da Academia (LAMAS, 1907, Fig. 4).

estudos medalhísticos em Portugal, tendo para tal efeito encarregado um dos artistas portugueses de mais reconhecido mérito da sua época. Esta conclusão é aliás corroborada pelas próprias palavras do Marquês, aquando da cerimónia de apresentação da medalha a El-Rei, acima transcritas.

Artur Lamas, em obra de síntese de 1916 (LAMAS, 1916) sobre a medalhística portuguesa ou relacionada com Portugal

voltou a debruçar-se sobre esta medalha, sublinhando, entre outros pormenores, que a intenção da Academia era a de entregar a medalha ao Monarca na sessão pública no Paço prevista para o dia 7 de Setembro de 1721, data do aniversário da Rainha; mas não houve tempo, dado que a ordem para a cunhagem da medalha data apenas de 3 de Outubro desse ano, pelo que se optou pela realização da cerimónia no dia de anos do Rei, a 22 de Outubro, como acima se referiu.

A distribuição desta medalha em outras ocasiões solenes da vida da Academia encontra-se também registada como acima se referiu; na sessão realizada no ano seguinte, por ocasião do aniversário do Rei, procedeu-se igualmente à distribuição de mais exemplares desta medalha pelos académicos (cf. Ms. n.º 686, p. 306, *in fine*, da BNP, in LAMAS, 1907, p. 16 nota 1 da separata).

Em suma, a produção desta medalha, sem dúvida uma magnífica expressão da ostentação e legitimação do poder régio por via do prestígio da Academia, logo no primeiro ano da sua existência, constituiu também uma evidência de que tais atributos – poder e ostentação – deveriam acompanhar a ilustração, conferida pelo conhecimento histórico, no qual se fundamentava a própria razão de ser da Monarquia Portuguesa.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Javier Sáez Salgado, Amigo de várias décadas, pelas indicações que teve a gentileza de disponibilizar sem as quais este contributo ficaria muito mais pobre.

Ao Dr. Mário Pereira, Director do Palácio Nacional de Mafra, pela autorização para a reprodução fotográfica do exemplar de ouro da medalha objecto deste estudo ali conservado.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, A. C. Teixeira de (1867) – *Description des monnaies, médailles et autres objets d'art concernant l'histoire portugaise du travail*. Paris: Paul Dupont.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARDOSO, J. L. (2015) – A investigação da antiguidade do Homem no Portugal de Oitocentos: um contributo para a História da Ciência. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 9-42.
- CORREIA, M. B. (2001) – 280 anos da primeira lei do Património Cultural. *Pedra & Cal*. Lisboa. 11, p. 37.
- FERNANDES, M. B. Lopes (1861) – *Memoria das medalhas e condecorações portuguezas e das estrangeiras com relação a Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- GODINHO, I. Silveira, coord. (1992) – *Tesouros Reais*. Catálogo da exposição. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- LAMAS, A. (1907) – Medalha comemorativa da instituição da Academia Real da História Portuguesa. Coleção organizada por José Lamas. *O Archeologo Português*. Lisboa. 12, 21 p. (separata).
- LAMAS, A. (1916) – *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal. Memória histórica e descritiva baseada na coleção iniciada por José Lamas*. Lisboa: Tipografia de Adolpho de Mendonça.
- PAÇO, A. do (1958) - A Academia Real da História Portuguesa e a sua lei de protecção aos monumentos arqueológicos. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Série II, 8, p. 29-40.
- PALMA-FERREIRA, J. (1982) – *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- RAMOS, P. O. (2005) – O alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1.º Marquês de Abrantes. In, CARDOSO, J. L. (coord.), *Estudos do Património*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 87-97 (Discursos, 6).
- RAMOS, P. O. (2021) - Nos 300 anos da Ley de 20 de Agosto de 1721. *Al-Madan*. Almada. Série II, 24, p. 132-140.

SILVA, M. Telles da (1727) – *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*. Tomo Primeiro (e único). Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real.